

Presidente do diretório do PSB de Barra Mansa faz alerta para compra de votos

Leo Santos defende fiscalização rigorosa em locais de votação para impedir boca de urna

Da Redação

O presidente do diretório municipal do PSD em Barra Mansa, Leo Santos, alertou nesta quarta-feira, dia 30, para a importância de combater a compra de votos e outras práticas ilegais durante o processo eleitoral. Segundo Leo Santos, a população deve ficar atenta a qualquer tentativa de troca de voto por dinheiro, alimentos, materiais de construção, empregos ou outras vantagens. Para ele, além de ser crime eleitoral, a prática prejudica toda a população ao comprometer a qualidade da representação política, a democracia e a correta aplicação dos recursos públicos.

- Vender o voto é trocar o futuro do nosso país por uma vantagem momentânea. Nesta eleição, o eleitor terá a responsabilidade de escolher representantes em diferentes níveis de governo. É uma decisão que terá impacto direto na vida da população. O dinheiro oferecido hoje pode parecer uma ajuda, mas o prejuízo coletivo aparece depois, na falta de investimentos em segurança pública, saúde, educação e nas obras que deixam de ser realizadas - afirma Leo Santos.



DIVULGAÇÃO

Leo Santos destaca que eleitor conheça o histórico, as propostas e a atuação dos candidatos antes de decidir

Ele ainda alerta sobre a origem do dinheiro usado nas bocas de urna. “De onde vem todo esses valores? São lícitos ou tem origem fraudulenta?”, indaga Léo.

SEIS ESCOLHAS NAS URNAS

O eleitor votará para presidente da República, governador, dois senadores, deputado federal e deputado estadual.

Neste cenário, Leo Santos destaca que cada voto tem uma função diferente e defende que o eleitor conheça

o histórico, as propostas e a atuação dos candidatos antes de decidir. “O eleitor precisa entender a responsabilidade de cada escolha. São seis votos e diferentes atribuições. É importante pesquisar, comparar propostas e conhecer a trajetória de quem está pedindo o voto”, afirma.

O presidente municipal do PSD também defende uma fiscalização rigorosa nos locais de votação especialmente para impedir

tentativas de aliciamento de eleitores, propaganda irregular e qualquer forma de pressão no dia da eleição.

-Precisamos que os órgãos responsáveis pela fiscalização estejam atentos e atuantes, principalmente nos locais com grande concentração de eleitores. O cidadão precisa ter liberdade para votar de acordo com a sua consciência, sem pressão, ameaça ou qualquer tipo de vantagem oferecida em troca do voto- ressalta.

DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES

A população também pode colaborar com a fiscalização. Entre as situações que devem ser comunicadas às autoridades estão a oferta ou promessa de dinheiro ou benefícios em troca do voto e outras condutas proibidas pela legislação eleitoral.

O aplicativo Pardal, da Justiça Eleitoral, permite o encaminhamento de denúncias, inclusive com registros em foto e vídeo. O eleitor também pode procurar o Ministério Público Eleitoral e os canais oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Em situações que envolvam risco imediato, ameaça ou flagrante, o cidadão pode acionar as forças de segurança pelos canais de emergência.

ATUALIZAÇÃO

Quem já possui o e-Título instalado no celular há algum tempo deve ficar atento à atualização do aplicativo. A orientação da Justiça Eleitoral é reemitir o e-Título, baixando a versão atualizada da ferramenta. A atualização permite que eleitoras e eleitores tenham acesso às novas funcionalidades e aos serviços disponíveis na versão mais recente do aplicativo. Por isso, mesmo quem já utiliza o e-Título deve verificar se está com a versão atualizada.

Hora do voto: veja o que levar e o que não levar quando for à urna

Da Redação

Quem for às urnas neste domingo (29) precisa ficar atento às regras definidas pela Justiça Eleitoral sobre o que é ou não permitido durante a votação. O eleitor pode chegar à seção eleitoral com o celular, mas o aparelho deverá ser desligado e entregue aos mesários antes de entrar na cabine de votação.

A restrição vale para qualquer equipamento capaz de fotografar, gravar ou transmitir imagens. O objetivo é preservar o sigilo do voto e impedir fraudes ou tentativas de comprovação da escolha feita na urna. Quem se recusar a entregar o aparelho poderá ser impedido de votar naquele momento, e o caso poderá ser registrado pela mesa re-



PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

Eleitores devem ficar atentos com regras eleitorais na hora da votação

ceptora de votos.

Já a tradicional cola eleitoral segue permitida. O eleitor pode levar para a cabine um papel com os números dos candidatos escolhidos, o que ajuda a agilizar a votação e evitar equívocos na

hora de digitar os números na urna eletrônica. Outra dúvida é sobre o vestuário. É permitido o uso de bermuda, chinelo e roupas informais, além de manifestação individual e silenciosa de preferência política.

Frente de prefeitos elabora carta com propostas

Da Redação

A Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) cobrou dos candidatos à Presidência da República a construção de “uma nova relação federativa, com maior participação dos governos locais nas decisões nacionais”, em carta pública. No documento, publicado esta quarta-feira (30), a entidade avalia que os próximos quatro anos figuram como oportunidade de construir, e reúne o que chama de “necessidades e propostas” de governantes locais em temas como reforma tributária, pacto federativo, financiamento, segurança, saúde, transporte público e emergência climática.

“O objetivo central do documento é reforçar a necessidade do cumprimento da

Emenda Constitucional 128, que impede a imposição ou transferência de novas despesas aos municípios sem a previsão dos recursos necessários para seu custeio”, esclarece a frente em nota. O documento foi organizado em temas que elencam demandas consideradas urgentes pelos municípios.

Entre elas, revisão dos critérios de partilha do Fundo de Participação dos Municípios (FPM): segundo a FNP, o Índice de Financiamento e Equidade Municipal (Ifem) mostra que “o dinheiro está indo na contramão da população”. A entidade cita que, em 2025, 93 milhões de brasileiros viviam nas cidades com as piores receitas por habitante, enquanto 13 milhões estavam nos municípios com as melhores receitas.